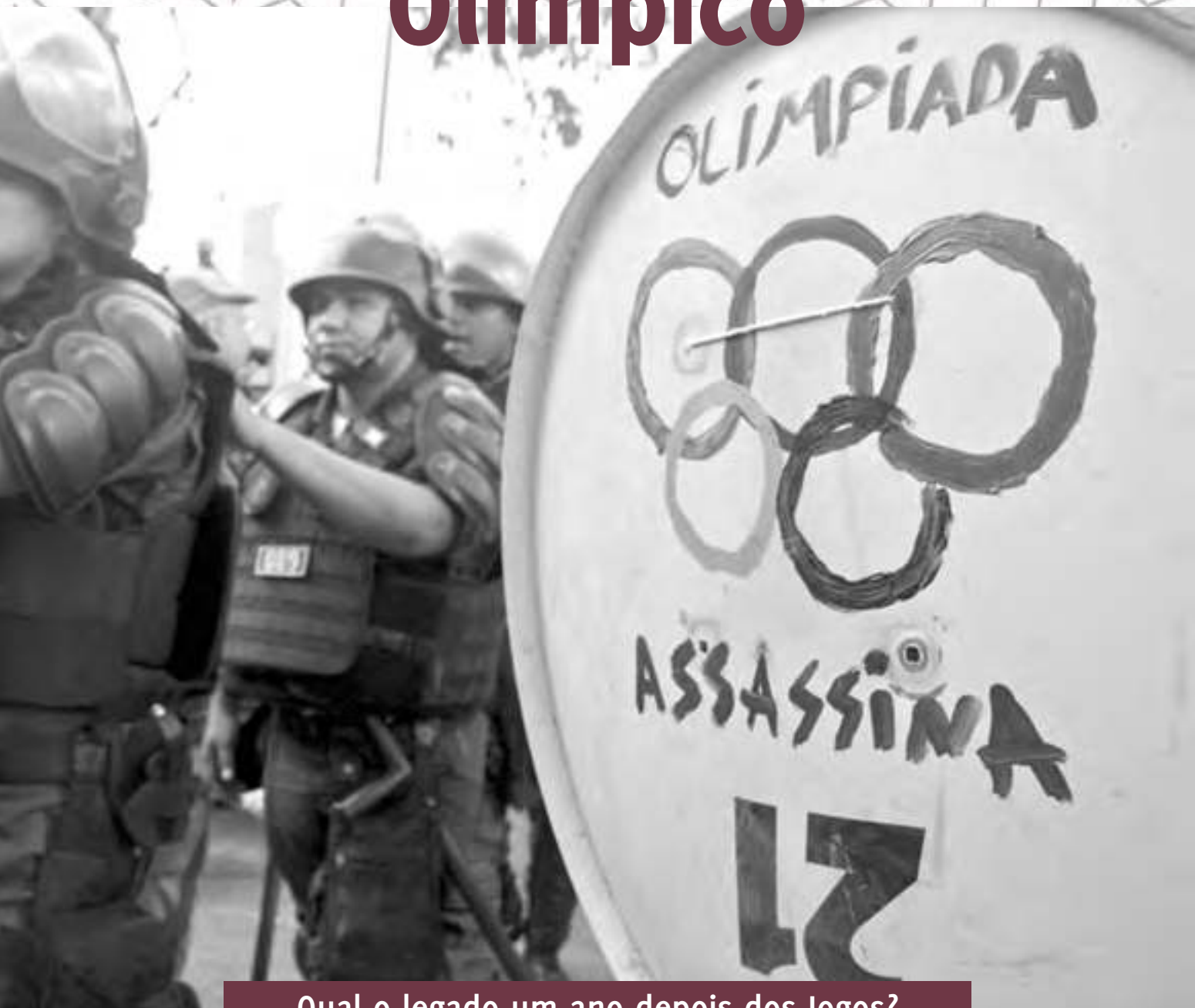


Rio Olímpico



Qual o legado um ano depois dos Jogos?

Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul - Pacs



Su má rio

- 04** Apresentação
- 06** Uma cidade sem legado, endividada e com menos direitos
- 08** Equipamentos Esportivos: entre grades e o abandono
- 12** Baía Viva: legado naufragado
- 16** Remoções: as comunidades que resistem
- 24** Complexo do Maracanã: a privatização ameaça por todos os lados
- 28** Militarização do cotidiano: um legado olímpico
- 34** Mobilidade Urbana: conforto para uns, aperto para muitos
- 38** Porto Maravilha: Operação Urbana da Zona Portuária do Rio de Janeiro
- 42** As isenções fiscais e o legado da dívida
- 46** 10 dicas sobre como fazer uma OLIMPÍADA DA EXCLUSÃO
- 48** Bibliografia
- 50** Expediente

Apresentação

Foi com a dificuldade peculiar a um estrangeiro que o belga Jacques Rogge, então presidente do Comitê Olímpico Internacional (COI), pronunciou para o mundo todo ouvir as sílabas de “Rio de Janeiro”, em outubro de 2009. Diante da imagem de um pedaço de papel, políticos e ex-atletas se abraçavam em júbilo, como numa cerimônia de Oscar, e uma multidão reunida na praia de Copacabana vibrava com a revelação de que, sim, pela primeira vez uma cidade da América do Sul sediaria uma Olimpíada. Havia muito tempo para a Cidade Maravilhosa se preparar e se transformar em uma Cidade Olímpica. Era um sonho. E o que poderia dar errado?

Desde 2005, com a escolha do Rio como sede para os Jogos Pan-Americanos, acompanhamos os impactos sociais e econômicos dos megaeventos no Rio, produzindo estudos, cartilhas e apoiando articulações da

sociedade civil críticas a esse modelo predador de negócios.

O esforço do Instituto Pacs com esta publicação, escrita com a ajuda de parceiros e parceiras, é mostrar uma fotografia breve do momento pós-Olímpico em forma de um mosaico de temas. A intenção é tornar públicos tópicos relevantes que provoquem discussões, análises e pesquisas críticas aprofundadas sobre a distância entre o legado prometido e a realidade posta para quem vive a cidade no cotidiano. Existe legado? Para quem? Esperamos que estas páginas ajudem a responder estas perguntas e a formular outras.

Ao fim, trazemos um resumo, em forma de ironia, espécie de “receita às avessas”, de como NÃO fazer uma Olimpíada. A lista resume, assim, o que uma cidade-sede deve fazer para não penalizar cidadãos e cidadãs em benefício de um evento privado.



Ao longo da preparação para os Jogos, o Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas publicou diversos relatórios compilando as violações de direitos humanos no Rio. Baixe a última e mais completa versão lançada pelo Comitê em novembro de 2015: <http://bit.ly/24ApDrz>

Instalações no Parque Olímpico estão cercadas ao acesso público. O gasto de ar-condicionado com o Velódromo (de responsabilidade federal), que permanece ligado por causa da madeira especial, está entre os alvos da atenção do Ministério Público Federal, que cobra um plano de uso dos equipamentos.

Equipamentos Esportivos:

entre grades e o abandono

Se você é morador ou visitante no Rio e quiser conhecer as instalações esportivas da Olimpíada dará de cara com portões fechados, grades e avisos de “estamos em obra”, um ano depois dos Jogos. A sensação de abandono dos locais onde atletas competiram se confirma com a constatação de que ainda não há um modelo claro de gestão das arenas e instalações, que custaram R\$7,23 bilhões.

As Parcerias Público-Privadas (PPPs), apontadas como solução para tudo, até agora não vingaram. Elas representam, na verdade, um mecanismo de privatização do aparelho do Estado e de transformação dos serviços públicos em fonte de enriquecimento de empresas, ao transferir para o controle do capital privado nossos bens e direitos essenciais. Nesse processo, a população que pagou pelos Jogos se torna refém da lógica do mercado e inviabiliza o controle democrático por parte da população. Veja como estão hoje algumas das instalações.



Parque Olímpico

O Parque abre à visitação aos fins de semana, mas os equipamentos olímpicos estão gradeados, longe do acesso do público. Instalações com o Velódromo e Arena 3 recebem apenas competições pontuais.

O Ministério Público Federal no Rio pediu recentemente à Justiça multa diária de R\$10 mil retroativa à data do início dos Jogos pela ausência de um plano de legado olímpico. São citados o Governo Estadual, Federal e o ex-prefeito Eduardo Paes, que deveriam ter entregue o documento ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Na avaliação do procurador Leandro Mitidieri, não houve planejamento no momento correto, ou seja, na ocasião da candidatura do Rio como cidade-sede. O procurador lembra que o plano de legado das instalações e das arenas olímpicas entregue às pressas, um dia antes da cerimônia de abertura, por

pressão do MPF, “é um documento sem respaldo na realidade, com coisas que não se concretizaram na prática”. “A parceria público-privada aparece como uma varinha de condão para resolver os problemas”, critica.

O atual prefeito, Marcelo Crivella, já admitiu não haver orçamento disponível para construir as “Escolas do Amanhã”, de tempo integral. Quatro delas eram prometidas para serem erguidas no lugar da Arena do Amanhã, mas a Prefeitura não tem dinheiro sequer para a desmontagem.

A piscina olímpica precisou ser desmontada e entregue à Escola de Educação Física do Exército, pois não havia dinheiro para mantê-la. Mesmo paradas, as instalações continuam gerando gastos. O Velódromo, por exemplo, precisa ser mantido com um ar-condicionado ligado em volume máximo, por causa da madeira especial instalada.

Custo das arenas e instalações olímpicas

7,23
Bilhões de Reais



Era o cálculo de quanto custariam arenas e instalações olímpicas, em janeiro de 2014

5,64
Bilhões de Reais



Fonte: Autoridade de Governança do Legado Olímpico (AGLO)/ Ministério dos Esportes. Observação: o montante inclui construções e obras no Parque Olímpico da Barra e no Complexo de Deodoro, além das despesas com energia elétrica na Região Barra, na Região de Deodoro e na Região de Copacabana, além de instalações complementares (arquibancadas temporárias e outros itens). Valor atualizado em junho de 2017.

Parque Radical de Deodoro

A obra em Deodoro, na Zona Oeste da cidade, custou R\$700 milhões, tem área de 500 mil m², mas não conta sequer com vestiários. “Seria preciso alugar um container ou fazer obra para adaptar”, admitiu Patrícia Amorim, subsecretária de Esporte e Lazer da Prefeitura, em audiência pública no MPF. A promessa de uso da piscina, especialmente em dias quentes de verão, não se concretizou na atual gestão.

Parte da estrutura em Deodoro apresentou “rachaduras e infiltrações”, ainda segundo a subsecretária. Ela informou que a Prefeitura busca nos contratos possíveis responsabilidades das empreiteiras, mas admite que o poder público pode vir a arcar com esses custos. A solução para a administração do Complexo seria uma parceria público-privada. Enquanto isso, um importante equipamento de lazer em uma área pobre da cidade permanece sem uso. Legado para quem?



O que dissemos:

“A influência das empreiteiras nos governos torna a política extremamente dependente do dinheiro dessas empresas, principais financiadoras das campanhas eleitorais, influenciando diretamente nos rumos democráticos do País”.

Boletim Rio de Gastos, n.4, agosto de 2015

O que aconteceu um ano depois:

Em delação premiada, Leandro Azevedo, ex-executivo da construtora Odebrecht, contou aos procuradores do MPF que houve articulação das empreiteiras para fraudar licitações de projetos como Escolas do Amanhã, Porto Maravilha e a infraestrutura do Parque Olímpico.

Campo de Golfe

Marcelo Mello, biólogo e morador da Barra da Tijuca, caminha na frente mostrando a vereda. Dá alguns passos e vai se distanciando do asfalto da movimentada Avenida das Américas. Uma clareira se abre entre os arbustos e algumas árvores. Um campo verde e vasto de grama ralinha como tapete divide a linha do horizonte. Numa das extremidades, um homem solitário empunha o taco num movimento que traça uma linha no ar. Concentrado, desfere um golpe.

A paisagem digna de catálogos imobiliários não revela a história ali soterrada sob a grama verde. Se antes, Marcelo e outros/as moradores/as da Barra da Tijuca, na Zona Oeste do Rio, tinham passe livre por ali, agora lhes resta atalho para espiar a paisagem transformada para os Jogos. Antes área habitada e repleta, hoje o vazio só é interrompido esporadicamente e por outra categoria de visitantes.

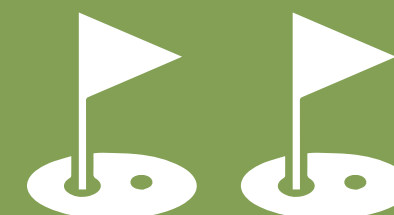
Ao lado da Área de Proteção Ambiental de Marapendi, local de moradia de diversas espécies da fauna e da flora nativas da Mata Atlântica e ameaçadas de extinção, foi construído o campo de golfe que abrigou as competições olímpicas de golfe e hóquei sobre grama. O Parque Natural só não foi planejado e sua população de fauna e flora expulsa por completo porque os movimentos “Golfe para quem” e “Ocupa Golfe” conseguiram, com ajuda do Ministério Público Estadual, preservar a área mais próxima à lagoa. Apesar disso, Estado ignorou as recomendações do MPE e autorizou a obra orçada em R\$ 60 milhões de investimento supostamente privado.

Em dezembro de 2016, a justiça decretou o bloqueio de bens de Eduardo Paes acusando-o de ter dispensado o pagamento de licença ambiental da construtora para a obra olímpica quando era prefeito. Segundo cálculo do MP, a prefeitura desembolsou R\$ 1,8 milhão para bancar a licença ambiental da obra, em 2013. Em valores atuais, a dívida chega a R\$ 2,3 milhões.

Atualmente, o Campo está sob a administração da Confederação Brasileira de Golfe. A área ao redor é cercada por um condomínio luxuoso e o acesso ao campo é controlado por uma administradora privada que cobra o ingresso para uso da área. “O projeto social que prometeram como legado olímpico, não existe, você não olha ninguém ensinado, escolas. Até porque é um esporte caro para se ter equipamentos, não é para nossa sociedade”, finaliza Marcelo.



58 mil m² de área protegida foram destruídos para a construção do campo de golfe olímpico.



2 campos de golfe, sede de competições internacionais, já estavam em funcionamento no Rio.

R\$ 60 milhões



foi quanto custou o campo de golfe olímpico.



Baía Viva: legado naufragado

Alex Sandro Santos, pescador na Baía de Guanabara, lamenta a morte dos peixes e denuncia a premente extinção da pesca artesanal na região. Despoluição da Baía era grande promessa de legado ambiental.

“A Baía de Guanabara é um mercado da poluição, porque quanto mais poluída ela tiver, mais dinheiro vai entrar para sua despoluição”. É o que infere o pescador Alex Sandro após mais uma vez ter a esperança de ver a Baía limpa frustrada. Morador de Tubiacanga, comunidade na Ilha do Governador que margeia o Aeroporto Internacional do Galeão, o pescador testemunhou ao longo da vida o descaso do poder público com a Baía e seu entorno.

Dos legados dos Jogos Rio 2016, a despoluição da Baía de Guanabara talvez tenha

sido o que foi frustrado de maneira mais precoce. Antes mesmo da abertura oficial das Olimpíadas, a Baía, que se agiganta no “Rio de Janeiro cidade-sede” espelhava a verdade inconveniente de que a despoluição era uma realidade muito distante. O COI e o Estado brasileiro foram seguidamente pressionados pela imprensa e questionados sobre a meta assumida pelo Governo do Estado de despoluição de 80% do ecossistema.

“O que houve foi uma maquiagem e uma estrutura de propaganda. Enganosa. Você pode ver isso, pela imagem, a situação da



“Insatisfatório”, foi como o próprio Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID) classificou o resultado do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG).



Expectativa:

Meta de 80% de despoluição da Baía.



Realidade:

Pesca artesanal ameaçada.

Baía de Guanabara e das comunidades tradicionais que vivem dela. Pescadores estão trabalhando com outras coisas, bicos, para complementar a renda da família”, conta Alex Sandro.

Acuado, o poder público insistiu em promessas e declarações vagas numa tentativa de encobrir o que o espelho d’água cotidianamente reluzia: descaso, sujeira e morte. A poluição da Baía revelou-se uma pedra no sapato para os organizadores do megaevento desde a candidatura do Rio como cidade-sede. A Federação Internacional de Vela chegou a declarar preocupação com a saúde dos atletas e o risco de acidentes por conta do lixo acumulado. No evento teste de 2015, comprovando a predição da Associated Press que constatou a insalubridade das águas, a Baía foi reprovada.

O quadro de degradação das águas e margens da Baía foi construído historicamente e envolve diversas variáveis, daí a complexidade do processo de despoluição. No entanto, dados do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas mostram que há escolhas políticas determinantes nesse processo. Ao se comparar o orçamento dos projetos incluídos no tema meio ambiente do Plano de Legados da prefeitura do Rio de Janeiro com o volume de recursos empregados nas obras de mobilidade urbana revelam-se as prioridades. Com custo de R\$ 10 bilhões, a construção da Linha 4 do metrô é a obra mais cara da Olimpíada, enquanto a área ambiental recebeu R\$ 928,75 milhões ou 9,31% dos investimentos.

Em agosto de 2016, passados os Jogos, o Secretário do meio ambiente André Correa admitiu que o projeto do Governo do Estado de despoluir a baía em 80% foi “superestimado”. Na atual crise fiscal que o Estado atravessa, o futuro da Baía depende, na visão do secretário, do empenho da iniciativa privada.

A priorização em se chegar a uma solução para a situação parece ter se apaziguado após os Jogos pelo menos entre entes públicos e privados outrora empenhados na venda de uma imagem cartão-postal do Rio. No caso de quem tem presente e futuro entrelaçados com o da Baía, como no de Alex Sandro e de outros tantos pescadores/a tradicionais, a urgência só aumenta: “O pescador está envelhecido, são poucos jovens. E se continuar assim, a categoria de pescador vai ser algo em extinção”, lamenta.



Não adianta esconder o lixo porque depois volta. Imaginei que fosse piorar porque nunca vi algo concreto sendo feito”

Velejadora Kahena Kunze, ouro na Rio 2016, em entrevista ao jornal Extra. A atleta denunciou também censura imposta aos atletas que, à época do evento, não podiam se pronunciar sobre a poluição da Baía.

De mais de 800 famílias, apenas 20 continuaram na comunidade mais ameaçada pelas remoções, ao lado do Parque Olímpico. A luta na Vila Autódromo agora é em torno do Museu das Remoções. Comunidade que resistiu aos tratores busca manter a memória de pé.

Remoções:

as comunidades que resistem

Com a preparação para Copa e Olimpíada, o Rio viveu o maior processo de remoções de sua história. Desde 2009, quando a cidade foi escolhida para sediar os Jogos, mais de 77 mil pessoas foram forçadas a deixar suas comunidades, segundo cálculos feitos pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro.

Foram utilizadas diversas desculpas para remover as famílias: construção de vias expressas e riscos de desabamento foram alguns deles. Na Vila Recreio II, área valorizada da Zona Oeste, a linha de BRT (Bus Rapid Transport) passa longe de onde moravam as 235 famílias que foram tiradas de lá. A favela Metrô Mangueira foi removida sem que tenha sido apresentada qualquer justificativa, além do fato de estar a 1km do Maracanã. As remoções foram marcadas pela violência, terror psicológico e indenizações injustas.

A Vila Autódromo, comunidade ao lado do Parque Olímpico, ficou conhecida pelo exemplo de resistência de 20 famílias que sobreviveram à pressão da Prefeitura, à violência física da Guarda Municipal e ao terror dos tratores. Mas vale lembrar que centenas delas foram forçadas a trocar suas casas e histórias por indenizações muitas vezes injustas e apartamentos financiados pela Caixa Econômica. Comunidades como o Horto, na Zona Sul, e dezenas de outras, na Zona Oeste, seguem ameaçadas na região das Vargens.

Vila Autódromo

No dia 30 de julho de 2016, vinte famílias da Vila Autódromo recebiam da Prefeitura do Rio a chave das novas casas, reconstruídas dentro da própria comunidade, depois de muita luta. Em 2009, a Vila abrigava 824 famílias. Muitas delas deixaram suas casas por não resistir à pressão da Prefeitura, que alegava precisar construir um acesso ao Parque Olímpico. A resistência das famílias mostrou que na cidade de negócios nem todos têm um preço. Maria da Penha Macena virou símbolo da luta da Vila ao ser fotografada sangrando após ser agredida pela Guarda Municipal. Testemunha ativa dessa luta, Penha conta que a história da comunidade foi interrompida, e as consequências das remoções são sentidas até hoje.

Apesar da entrega das casas, as famílias ainda esperam o recebimento do documento Habite-se, que oficialmente autoriza a ocupação das residências. Aguardam ainda a segunda fase do projeto de

urbanização, que previa a construção da Associação dos Moradores, derrubada pela Prefeitura; quadra de esportes; espaço cultural e praça. “A segunda etapa da obra continua parada. É claro que vão dizer que não eles não têm dinheiro. Mas tem que ser feito. É um compromisso”, cobra Maria da Penha.

Antes de ser arrasada pelos tratores, as casas da Vila tinham grandes e frutíferos quintais. Hoje, as famílias sonham em fazer renascer um Horto. “Seria importante, pois estamos numa região boa, onde a agricultura é boa para ser cultivada; temos um espaço para fazer um espaço de reciclagem, que muda o dia a dia. Enfim, tem muita coisa a ser feita”, completa Penha. Sobre as famílias que saíram, ela conta que muitas nunca mais voltaram, mas algumas fazem visitas dominicais. “Tem aquelas famílias que são fiéis à Capela daqui. Então todo domingo a gente se reencontra, vem matar a saudade, rever a Vila”, sorri Penha.

Vargens

Depois da parceria público-privada do Porto Maravilha, a Prefeitura, associada aos interesses das empreiteiras, prepara um Plano de Estruturação Urbana (PLC 140/2015) para a região das Vargens. Essa região reúne os bairros de Vargem Grande e Pequena, Camorim, parte do Recreio, além de um pequeno trecho da Barra e de Jacarepaguá, representando cerca de 24% do município.

Com pouco debate e participação popular, a proposta avança na Câmara. Tendo em vista o histórico do Porto Maravilha e das obras do BRT, a pergunta que fica é: a que interesses servirão as ações da Prefeitura, Odebrecht e Queiroz Galvão neste território já tão fragilizado e cercado por conflitos socioambientais?

Em alternativa ao Plano, a população das Vargens vem construindo uma articulação, protagonizada por mulheres, para elaborar um Plano Popular para a região. Essa parte da cidade vem sendo atingida historicamente pela especulação imobiliária e por ameaças decorrentes da realização dos megaeventos.

Um trator nunca passa por cima de uma única casa com quintal. A remoção não é um drama individual, é uma questão política e por isso coletiva.

(Morar e Plantar, publicação da Militiva - Coletiva de mulheres que está produzindo um Mapeamento das ameaças e conflitos ambientais na Zona Oeste)

“Olhamos para algumas árvores e ainda nos lembramos da Vila antiga. Estamos aqui caminhando no dia a dia, tentando reconstruir, seguir a história da Vila de uma forma diferente, mas não é como antes. Mudou tudo. A diferença é o aspecto novo: uma vila com casas e estruturas diferentes, urbanizada, que era o sonho de cada morador dessa comunidade. Temos uma vila nova, pequena, com território totalmente mudado. Urbanizada, mas uma urbanização que chegou tarde demais. Para que a gente conseguisse a urbanização, os nossos direitos foram muito violentados.

Maria da Penha, moradora da Vila Autódromo

Antes



A Vila Autódromo foi uma das comunidades mais ameaçadas pela ira dos tratores e da privatização do solo urbano. Quem visitava a comunidade em 2015 (foto 1) se deparava com cenário de terra arrasada. Onde havia casas devem ser erguidos empreendimentos imobiliários, segundo previsto na Parceria Público Privada.

Apenas 20 famílias conseguiram permanecer no local e receberam casas construídas pela Prefeitura. As construções formam hoje uma única rua, a Nelson Piquet. A área do Parque Olímpico abrigava o antigo autódromo de Jacarepaguá. As casas originais foram destruídas. Apenas a capela de São José Operário foi poupada.

Depois



A ameaça de remoção na Vila Autódromo remonta à década de 1990, quando Eduardo Paes era subprefeito da região da Barra e Jacarepaguá. Na reprodução, matéria de O Globo de 1996.



Leia Mais: Confira entrevista completa com Maria da Penha em: www.pacs.org.br

Horto

“Há um ano recebi a notificação comunicando que eu teria dez dias para sair. Desde então, não sabemos o que fazer. Não ajeitamos a casa, não compramos móveis, porque podemos ser despejados a qualquer momento”. O sentimento de incerteza não é exclusivo de Valmir. Morador do Horto há 50 anos, a sua é uma das cerca de 600 famílias ameaçadas de remoção. A comunidade localizada no Jardim Botânico não disputa território com nenhum equipamento esportivo ou demais construções olímpicas.

Emerson de Sousa, 42, presidente da Associação de Moradores e Amigos do Horto Florestal afirma, porém, que as ameaças de remoção se agravaram durante a preparação da cidade para a Copa e as Olimpíadas. Ele questiona o argumento de que os moradores ameaçam a conservação da área: “Estamos aqui faz quase dois séculos, fazemos parte e estamos integrados ao meio ambiente local. Até por isso aqui é um dos principais pontos de preservação da mata nativa da floresta da tijuca”, defende. A direção do Jardim Botânico reivindica a área.

Pequena Linha do Tempo da comunidade do Horto



Séc. XIX

Dom João VI cria o Horto

1990

Administração do Jardim Botânico reivindica as terras

2007

Vereador Reimont (PT) desarquiva projeto de lei que propõe a comunidade como Área de Especial Interesse para fim de Urbanização

2012

Tribunal de Contas da União (TCU) considerou habitantes como “invasores”

2016

Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico recebeu por doação da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) as terras do Jardim Botânico e do Horto Florestal, que somam cerca de 142 hectares

Contrariando o argumento de invasão, documentos históricos que datam do século XIX comprovam o emprego de mão de obra escravizada para construir o Jardim Botânico e atestam que os trabalhadores e sua família firmaram residência ali.

No dia seguinte à nossa visita à comunidade, em junho de 2017, moradores foram novamente surpreendidos por uma tentativa de despejo forçada por policiais. Em novembro de 2016, durante uma ação

violenta de reintegração de posse, uma moradora foi atingida por uma bala de borracha e outros ficaram feridos. Passado um ano dos Jogos, quem mora no Horto segue com sono intranquilo mas alimentando a esperança resistente de um futuro em que a história seja respeitada. “Não tenho sossego, não dormimos direito porque ficamos nessa expectativa deles [policiais] chegarem a qualquer momento e fazer a remoção”, desabafa Valmir.



Para ler: “RioSMH 2016: REMOÇÕES NO RJ OLÍMPICO”, de Lena Azevedo e Lucas Faulhaber. Editora Mórula. R\$35



Leia mais sobre a história do Horto na reportagem “No Rio, comunidade fundada nos tempos da escravidão luta para ficar”, de Ana Vigna: <http://bit.ly/2nzuh9V>



A comunidade do Horto vive uma resistência histórica desde que, em meados dos anos 1990, administração do Jardim Botânico –criado por dom João VI no século 19–reivindica as terras. Atualmente, centenas de ações judiciais de reintegração de posse estão em andamento e as ações policiais de despejo são rotina pra comunidade que se estabeleceu na área há quase dois séculos.



Complexo do Maracanã:

a privatização ameaça por todos os lados

A concessão do Complexo Esportivo do Maracanã para um consórcio liderado pela Odebrecht previa a demolição da Escola Friedenreich, da Aldeia Maracanã, do Estádio de Atletismo Célio de Barros e do Parque Aquático Julio Delamare para a construção de lojas, bares e estacionamentos de um shopping, que nunca vingou.

Depois de muita resistência em torno do movimento “O Maraca é nosso”, Julio Delamare e a Escola ficaram de pé. O Maracanã foi completamente remodelado após ser privatizado – perdendo características históricas como a “geral”, espaço democrático da torcida. Célio de Barros e Aldeia Maracanã foram os equipamentos mais afetados com os megaeventos. Saiba como estão esses locais hoje.

“Maracanã do Atletismo” no Rio, Estádio Célio de Barros segue fechado, asfaltado, sem atletas nem carros. Local abrigava tanto atletas de alto rendimento quanto crianças e adolescentes em projetos sociais.

Célio de Barros

O Estádio de Atletismo Célio de Barros, o Maracanã do Atletismo, amanheceu com um caedado no portão no dia 9 de janeiro de 2013. Equipamentos de treino, documentos dos atletas, tudo ficou lá dentro sem que ninguém fosse autorizado a entrar. Do antigo centro esportivo só restaram as arquibancadas, graças a liminares na Justiça.

O espaço, inaugurado em 1974, foi cercado pela Odebrecht, administradora do Complexo do Maracanã, para abrigar entulho da obra do estádio. Mais tarde, a pista foi asfaltada para virar um estacionamento. Hoje não há atletas nem carros no estádio público. Por lá passavam cerca de 800 pessoas todos os dias, segundo Edneida Freire, entre crianças de projetos sociais, atletas olímpicos e paralímpicos, que dividiam

o treino em oito raiais.

A educadora física e ex-atleta lembra que o lugar que abrigava tanta vida agora é um estádio fantasma, numa “cidade fantasma”. “Viramos pedintes dentro da cidade do Rio de Janeiro. Não temos estádio, nem pista para treinar. Eu estava treinando no Parque Madureira, mas não posso mais trabalhar lá, por causa do faroeste que virou essa cidade”, indigna-se Edneida.

“Infelizmente, depois de um ano, nosso legado olímpico virou ‘largado olímpico’”, continua Edneida. Apesar do desalento de ver o Célio de Barros gradeado e vazio, ela sonha com uma corrida pela reconstrução do estádio. “E então fazer a chegada dessa corrida dentro da nossa pista, com a arquibancada cheia de vida”, projeta.

“Maracanã do Atletismo” no Rio, Estádio Celio de Barros segue fechado, asfaltado, sem atletas nem carros. Local abrigava tanto atletas de alto rendimento quanto crianças e adolescentes em projetos sociais.



Aldeia Maracanã

O Governo do Rio e a Odebrecht também queriam ver soterrados no asfalto os 14.500 m2 da Aldeia Maracanã, retomada pelos indígenas desde 2006. A truculência do Estado mostrou todas suas facetas em 22 de março de 2013, quando, com uso de spray de pimenta, bombas de gás lacrimogêneo, bombas de efeito moral e até de uma arma sônica, que causava dores nos ouvidos, os aldeados foram retirados à força.

No período que antecedeu a Olimpíada, a cerca avançou sobre árvores como jenipapo, embaixo do qual são realizadas as rezas em volta da fogueira. Há oito meses, os indígenas voltaram a ocupar o espaço, revezando-se para garantir a segurança e recebendo apoio de indígenas de vários estados.

Para Potira Guajajara, a tentativa de acabar com a Aldeia era acabar com toda a cultura indígena. “Eles querem matar nossa cultura, mas estamos aqui resistindo”, resume.

“

Não desistimos dessa luta. Não desistimos antes da Copa, não desistimos durante as Olimpíadas. Nosso sonho é ter uma universidade indígena, para que os parentes se sintam respeitados, porque o indígena no Brasil ainda não tem respeito.

resume Potira Guajajara





Militarização do Cotidiano:

um legado olímpico

Os megaeventos transformaram o Rio de Janeiro em uma vitrine internacional ao mesmo tempo em que aumentaram as contradições socioeconômicas já existentes. Ao reforçarem um modelo de desenvolvimento desigual na cidade, os Jogos intensificaram práticas de repressão por parte do Estado, que busca conter e reprimir quem é visto pelas elites como a sujeira da cidade, que merece ser escondida durante esse processo de “limpeza” ou higienização que precede as disputas esportivas.

Copa e Olimpíada funcionaram, portanto, como mecanismo de aprofundamento e intensificação dos dispositivos de controle, pautados pelo racismo e pela truculência, agravando o genocídio da população negra, a violência policial nas favelas e a repressão a movimentos sociais e manifestações. Fazem parte de um modelo que movimenta grandes recursos na elitização de alguns territórios, enquanto se intensifica a exclusão e as violações em outros.

Saiba mais em números e no artigo de Gizele Martins como a militarização da vida marca o cotidiano do Rio pós-Olímpico.

A Câmara Municipal aprovou em junho a autorização para que a Guarda Municipal possa usar armas de potencial ofensivo como gás de pimenta e pistola taser. Os ambulantes cariocas sofrem com a repressão ao trabalho informal, não devolução do material apreendido, como mercadorias e triciclos, entre outras violações.



A militarização no Rio em números

1,39
milhões de Reais
em munição



Foi quanto o Estado do Rio, que se diz falido e parcelou salário de servidores (inclusive policiais), gastou em armamento. O mesmo valor foi gasto em armamento não letal.

Fonte: Justiça Global

10º
lugar



É a posição que o Brasil ocupa entre os países com maiores despesas militares, que cresceram na década dos anos 2000.

Fonte: Site Top 10+

24 de julho, dia da operação no Complexo de Favelas da Maré

As forças militares são chamadas para atuar em áreas como as favelas das grandes cidades e países como o Haiti. Durante a Copa das Confederações (2013), uma operação no dia 24 de julho, no Complexo de Favelas da Maré, ocupado pelo Exército, matou 10 moradores.



79%

das pessoas mortas pela polícia na cidade do Rio, entre 2010 e 2013, são negros (pretos e pardos). 75% das vítimas tinham entre 15 e 29 anos.

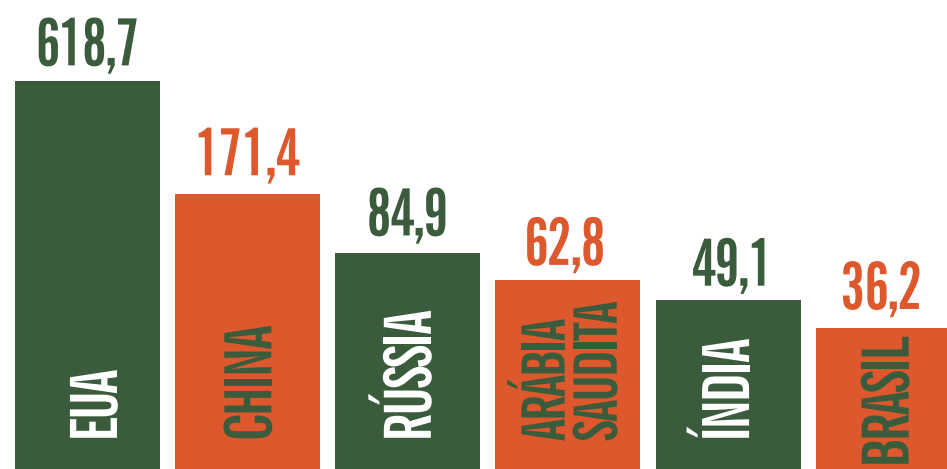
2,9
bilhões de Reais



Foi quanto o Governo Federal liberou, de forma emergencial, para ações de segurança pública durante a Olimpíada.

Gastos militares por países em
2013
(em bilhões de dólares)

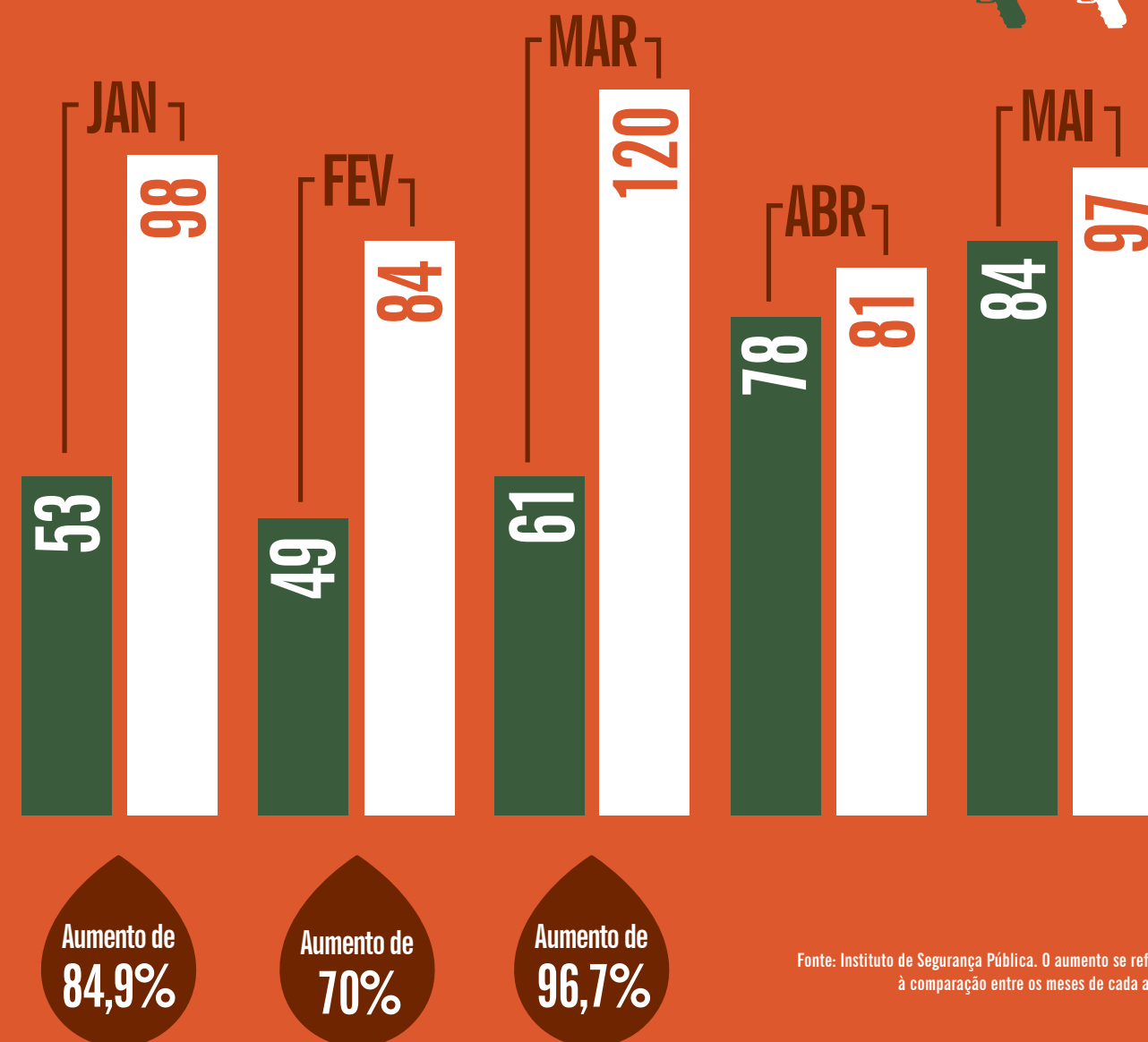
Fonte: <http://bit.ly/2UPYKn>



Mortos pela polícia no Rio **2017**

2016

2017



Fonte: Instituto de Segurança Pública. O aumento se refere à comparação entre os meses de cada ano.



As relações entre Olimpíada, racismo e militarização foram o tema da edição 5 do boletim Rio de Gastos. Leia em: <http://bit.ly/2tqGUJz>



Leia Mais: O Instituto Pacs está publicando uma série de reportagens, artigos e entrevistas sobre a militarização no Rio após a Olimpíada. Leia os textos em: <https://medium.com/@pacsinstituto>

Criminalização da pobreza, militarização e o caos em toda a cidade

Por Gizele Martins -
Jornalista, comunicadora
popular e membro da Comissão
de Defesa dos Direitos Humanos
e Cidadania da Alerj

No ano passado, se encerrou mais de uma década de megaeventos. Assim como em todos os eventos que passaram pelo país, o Rio parou para receber os eventos esportivos. As maiores empresas de mídia nacionais e internacionais, turistas, empresários e parte da população estavam comemorando a festa da cidade maravilhosa. Câmeras das TVs vendiam para o mundo uma imagem de uma cidade rica, organizada, que atendia à sua população e que o investimento financeiro governamental nos jogos traria retorno para os moradores da cidade.

Outra parcela da população – moradores de periferias e favelas – não pôde sequer circular na cidade naquele período: Inúmeros ônibus que seguiam o itinerário da Zona Norte à Zona Sul foram cortados; constantes operações policiais foram realizadas nas favelas; a Força Nacional entrou em inúmeras favelas e ficou nas principais vias expressas, para citarmos apenas dois tipos de controle.

Além disso, o decreto de falência financeira do Estado atinge novamente os mesmos públicos: os mais pobres da cidade. Hospitais e postos de saúde estão fechando enquanto outros diminuem os atendimentos médicos. Escolas estaduais também têm deixado

inúmeros alunos sem aula. Servidores estão sem receber ou recebendo os seus salários atrasados. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) é outro foco de crise, sem aula para alunos de graduação e pós-graduação.

Ou seja, é uma crise generalizada que causa desemprego e faz faltar atendimento aos setores públicos como educação e saúde, alimentação e diversos outros tipos de serviços básicos. O fato é que a população pobre já sentia o impacto dos megaeventos muito antes do governo declarar a falência, mas hoje ela sofre com outras ausências de direitos como saúde e educação, que antes já era considerada mínima.

Durante os mais de dez anos, foram inúmeras as denúncias feitas por moradores de favelas. As remoções de casas que deram lugar à quadras esportivas e serviu aos interesses imobiliários e empresariais deixaram mais 77 mil pessoas expulsas de 50 favelas pela Prefeitura do Rio. A militarização passou a ser algo cada vez mais presente e constante nas favelas desde 2008 com as entradas das assim chamadas “Unidades de Polícia Pacificadora” (UPPs), a presença militar em 44 favelas da Zona Sul e na Zona Norte do Rio. Essas forças militares protagonizam hoje o genocídio da população

negra. Além disso, outras quase 11 mil famílias foram despejadas de prédios urbanos e lutam diariamente para receber o aluguel social.

Isso tudo significa que o plano de modernização da ‘cidade dos megaeventos’ passou mais uma vez pela crescente criminalização da pobreza e pelo racismo institucional, que deixou e está deixando toda uma população pobre sem qualquer tipo de direitos, o principal deles, o direito à vida.

Rio pós-Olímpico: a crise e o período mais militarizado da cidade

Historicamente, o governo do Rio de Janeiro e seus apoiadores usam o discurso de uma cidade que tem um público perigoso, criminoso, que não quer vencer na vida porque não quer, que não procura se profissionalizar, que não tem técnica nem qualquer interesse em melhorar a própria vida. Esta população é a mais pobre da cidade. Este discurso é comprado e reproduzido pelas mídias comerciais e também pela população.

Parte da explicação para a defesa deste discurso estereotipado e racista é que a cidade é dividida entre ricos e pobres. É dividida entre os que se acham seguros com a presença cada vez mais ostensiva da polícia e guardas militarizados pelas ruas e uma população que sofre cotidianamente por causa do falso discurso da ‘guerra às drogas’.

Diante disto, pergunta-se: a quem interessa essa cultura do medo noticiada diariamente nas mídias comerciais? A quem interessa o discurso do combate ao tráfico? Por que os governantes investem em uma cidade cada vez mais militarizada, no lugar de investir na garantia de direitos: habitação, educação, saúde, emprego e outros direitos?

Durante as Olimpíadas, números revelaram que houve um aumento significativo nos gastos do governo estadual e federal na segurança pública. Foram os maiores gastos em equipamentos militares diante de todos os megaeventos já realizados na cidade. Somaram-se R\$ 7 bilhões em armamento, tanques de guerra, torres de controle nas favelas e muros que dividem a favela

do resto da cidade.

Para existir o imaginário da moderna cidade dos megaeventos, a cidade valorizada, rica, conceituada e conhecida no mundo, a população mais pobre, periférica e favelada sofreu e ainda sofre com os impactos dos megaeventos. É crise financeira e mais militarização no Rio e em todo o Brasil durante todos esses anos, e quem sofre com a militarização e com a crise econômica é novamente a população mais pobre da cidade.

Logo após a realização das Olimpíadas, foi declarada publicamente a falência das UPPs. As UPPs não foram retiradas das 44 favelas. Pelo contrário, foram construídas ‘Torres de Controle’ em várias ruas do Complexo do Alemão, conjunto de 13 favelas na Zona Norte do Rio.

A construção do medo visa o controle de uma população pobre que não tem qualquer direito. Há uma crise em todo o Estado e país, mas quem mais uma vez está pagando por ela é a população pobre e negra. E ela não paga só com a ausência de direitos conquistados por ela e pelos movimentos sociais historicamente, ela está pagando com a vida, já que o Estado está se ‘capacitando’, investindo, aumentando a sua forma de controlar, remover, censurar e matar.

Apenas nos três primeiros meses de 2017, foram quase 200 pessoas assassinadas pela polícia. Muitas das favelas localizadas na Zona Norte são as que mais sofrem com constantes tiroteios e incursões policiais, por exemplo Maré, Acari, Manguinhos, Jacarezinho e outras.

Foram mais de dez anos de megaeventos que trouxeram grandes impactos à população pobre e favelada da cidade do Rio de Janeiro. Durante esse período, a mesma população sofreu com as remoções, incursões policiais, controle com a presença das forças armadas como o Exército na Maré, as Forças Nacionais e, atualmente, com o aperfeiçoamento das UPPs e suas formas de controle. É crise econômica, é a retirada de direitos básicos, é a naturalização da criminalização da pobreza e o controle urbano da população pobre cada vez mais ‘especializado’.

DÍVIDA CONSOLIDADA ATUALIZADA EM MARÇO DE 2017



Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda

Orçamento do Governo do Rio 2017

Fonte: Governo do Estado do Rio





Moradores da Zona Oeste receberam como "legado" as linhas de Bus Rapid Transport, um modal de transporte lotado e que retirou diversas linhas de ônibus, medida que beneficiou as empresas. Três anos depois de inaugurado, o BRT Transoeste já está saturado.

Mobilidade Urbana:

conforto para uns, aperto para muitos

A candidatura do Rio como cidade-sede apontava como principal legado das obras de infraestrutura a mobilidade urbana. Entre os destaques, foram investidos cerca de R\$5,4 bilhões em quatro linhas de Bus Rapid Transport (BRT) - uma delas, a Transbrasil, ainda não entregue - R\$10 bilhões na construção da Linha 4 do Metrô (com apenas seis estações) e R\$1,17 bilhões na construção de duas linhas de VLT.

Um ano depois dos Jogos, chama a atenção o contraste entre a capacidade de transporte projetada e a demanda real. A previsão

de que a Linha 4, entre Ipanema e a Barra da Tijuca, receberia 300 mil passageiros por dia não se confirmou. A demanda ficou 46% abaixo do previsto (146 mil por dia), o que levou a concessionária a oferecer embarque gratuito por um período e, atualmente, desconto de até 66% na tarifa para quem compra um cartão especial para o mês todo. Destaque-se também que há investigações sobre recebimento de propinas para a obra, a mais cara dos Jogos. A Linha 3 nunca saiu do papel. Longe do trajeto dos Jogos Olímpicos, ligaria São Gonçalo e Niterói, na Região

Metropolitana, ao Centro do Rio.

As obras das linhas de BRT - Transoeste, Transcarioca e Transolímpica - ficaram marcadas pelas remoções de centenas de comunidades (bairros de Campinho, Madureira, Tanque, Penha, Recreio, Curicica e Colônia, entre outros) e pela falta de transparência do processo de licenciamento ambiental e licitação, conforme detalhado na publicação *Rio 2016: Violações ao acesso à informação no caso do BRT Transolímpica*, da Artigo 19. Segundo informações obtidas pela organização, foram gastos R\$ 520 milhões somente em remoções para as obras da Transcarioca, Transoeste e Transolímpica. A Transoeste, inaugurado em 2012, já está saturada desde 2015, quando ultrapassou sua capacidade máxima.

Já o BRT Transolímpica, que liga o Parque Olímpico a Deodoro, locais de competições dos Jogos, perdeu pontos nos quesitos “Acesso e Integração” em uma análise recente feita pelo Instituto de Políticas de Transporte & Desenvolvimento (ITDP). O estudo mostrou que apenas 1,4% da população mora a menos de 1 km do corredor de transporte, o que dificulta seu uso.

Do outro lado da cidade, ligando a Rodoviária ao aeroporto Santos Dumont e a Praça XV (estação das barcas) ao Saara, o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) transporta 30 mil pessoas por dia. A previsão de demanda projetada era de 250 mil para quando as três linhas ficarem prontas.

De acordo com pesquisa realizada pelo Ibope, 71% dos usuários são das classes A e B. Outro dado revelado é que 45% das pessoas usam o modal entre 13h e 15h, o que levou reportagem da Folha de S. Paulo a chamar o bonde moderno de “transporte do horário do almoço”. Não é possível integrar a passagem do VLT com metrô ou barcas, somente com ônibus municipais.

Quando se olha para o legado olímpico em termos de mobilidade urbana é necessário observar muito mais do que grandes obras prontas. É preciso questionar que modal foi escolhido para que regiões da cidade, a que custo foram realizadas as obras e para quem servem. Por que os BRTs foram escolhidos como principal projeto para a Zona Oeste da cidade, enquanto a ligação da Barra à Zona Sul foi feita por metrô? A quem serve um VLT que custou, até agora, o mesmo que o BRT Transoeste? O VLT atende atualmente a 30 mil pessoas e o Transoeste (Campo Grande-Barra) a 230 mil.

A falta de participação popular nas escolhas dos modelos de transporte público fez emergir modernos BRTs, bondes modernos e metrô que nem sempre correspondem aos anseios de grande parte da população. Quem leva muitas

vezes horas para ir dos subúrbios e Baixada para o Centro e Zona Sul convive com trens lotados e linhas de ônibus reduzidas.

Na Zona Oeste, que concentra os bairros mais po-



É o tempo de deslocamento médio diário de um morador da Região Metropolitana do Rio. Essa média ultrapassa 1 hora quando se leva em conta moradores da Baixada e de bairros da Zona Oeste da cidade.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)



foi quanto cresceu a frota de carros na cidade entre 2001 e 2013.



Grande promessa de legado na mobilidade urbana, Linha 4 do metrô custou R\$10 bilhões e conta com apenas seis estações. Há investigações sobre propinas para a obra, a mais cara dos Jogos. A média de passageiros ficou 46% abaixo do previsto, o que levou a concessionária a oferecer embarque gratuito por um período e, atualmente, desconto de até 66% na tarifa. Linha 3 nunca saiu do papel.

bres da cidade, foi priorizado o setor rodoviário. Para a região rica (Zona Sul-Barra) foi construída uma cara e curta linha de metrô. Já no caso do VLT, será à toa que a obra ligue o Centro e o aeroporto a uma região privatizada da cidade, como é o Porto Maravilha? Isso tudo em uma cidade com uma das tarifas mais caras de transporte do País e sem integração completa de

tarifa, ou seja, quem precisa trocar de modal muitas vezes paga uma outra passagem.

Obras para poucos, caras, de benefício a interesses da especulação imobiliária e da privatização da cidade são o resultado de um modelo de megaevento que serve conforto a privilegiados - e oferta aperto e exclusão à classe trabalhadora.



Para saber mais sobre o tema, leia as seguintes publicações e estudos:

- Rio 2016: Violações ao acesso à informação no caso do BRT Transolímpica, da Artigo 19: <http://bit.ly/2aXl61A>
- Mobilidade Urbana no Brasil: desafios e alternativas, da Fundação Heinrich Böll Brasil: <http://bit.ly/2tVJV5d>
- Avaliação do BRT TransOlímpica segundo o Padrão de Qualidade BRT: <http://bit.ly/2tRBCYg>

Projeto que representou a privatização de uma região de grande importância histórica da cidade, o Porto Maravilha soterrou a memória negra e subordinou o poder público aos interesses do mercado. Na região onde desembarcaram entre 500 mil e 1 milhão de africanos escravizados, construiu-se o Museu do Amanhã.

*Por Caio Lima, Marcelo
Edmundo e Orlando
Santos Junior, ativistas do
Comitê Popular de Lutas
do Rio de Janeiro*

Porto Maravilha:

**Operação Urbana da Zona
Portuária do Rio de Janeiro**

A região portuária compõe um dos espaços mais antigos do Rio de Janeiro, marcado pela cultura negra, com alta incidência de bens tombados pelo poder público. O projeto Porto Maravilha foi instituído em 23 de novembro de 2009, legitimado pelo contexto da preparação da cidade para receber os jogos Olímpicos.

Como funciona?

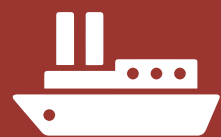
Para fins de definição dos novos parâmetros urbanísticos, a AEIU da Região do Porto do Rio de Janeiro foi dividida em setores e sub-setores. Novos gabaritos, taxas de ocupação e coeficientes de aproveitamento dos terrenos foram determinados por subsetor. O coeficiente ou índice de aproveitamento indica o potencial construtivo dos terrenos em relação à sua área. Empreendimentos cujas áreas de construção superem o coeficiente básico devem pagar contrapartidas ao Poder Público municipal, por intermédio da aquisição de Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs). Por meio da venda dos CEPACs, a Prefeitura do Rio argumentava que o mercado, ou seja, investidores e proprietários privados, financiariam a denominada “revitalização” da região portuária.

Quem realizou as obras?

As obras do Porto Maravilha são realizadas por intermédio de Parceria Público-Privada (PPP) com recursos oriundos da venda de CEPACs. O Consórcio Porto Novo (OAS, Odebrecht e Carioca Engenharia) foi o vencedor da licitação e é responsável pelas obras e pela prestação de serviços de manutenção e conservação da região – tais como coleta de lixo, iluminação, controle de tráfego e pavimentação.

Quanto custou?

Levando em conta valores corrigidos, são necessários, aproximadamente, R\$ 10 bilhões para a execução do conjunto das obras e serviços previstos. No entanto, o início das intervenções só foi possível em virtude da aquisição pelo FGTS, gerido pela Caixa Econômica Federal (CEF), da totalidade dos CEPACs emitidos pelo Município do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 3,6 bilhões, prevendo-se a cobertura do total do financiamento com a valorização dos CEPACs. Agora, a CEF é a responsável pela comercialização no mercado dos CEPACs para garantir o fluxo de recursos necessários para financiar a operação.



Raio-X Projeto Porto Maravilha



O QUE É:

Operação Urbana Consorciada (OUC)

ONDE FICA:

Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU)

ÁREA DE ABRANGÊNCIA:

5 milhões de m², envolvendo parcial ou integralmente os bairros do Centro

PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DA PPP:

15 anos

Por trás dos discursos oficiais

Nos últimos anos, o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas fez várias críticas denunciando que o projeto Porto Maravilha se destinava, na verdade, à produção de novos ambientes comerciais, além do estímulo aos usos residenciais de classe média, subordinando os investimentos aos interesses do mercado em detrimento das necessidades da população residente e da cultura popular da região. Nesse contexto, eram claros os riscos de expulsão de parte da população que historicamente habita e dá vida à região portuária, como no caso do Morro da Providência. O Comitê Popular, portanto denunciava também a falácia do discurso oficial de que as intervenções eram viabilizadas por financiadas privado através da comercialização de CEPACs, já que foram os recursos do FGTS que garantiram o início das obras do projeto.

Falta transparência

Os riscos foram assumidos pelo Poder Público, e não pelos investidores e proprietários, como sugerem os discursos oficiais. Além disso, apesar do Estatuto da Cidade prever a participação da sociedade como forma de controle das Operações Urbanas, o que vigora é a falta de transparência. As decisões fundamentais sobre o desenvolvimento do projeto

são, em geral, deliberadas unilateralmente por autoridades do Poder Público municipal, da CDURP e por representantes do Consórcio Porto Novo e dos Fundos de Investimento Imobiliário. Por fim, também contrariando as diretrizes do Estatuto da Cidade, não constam medidas efetivas de produção de habitação de interesse social ou de regularização fundiária na Operação Urbana.

Um ano depois

Apesar das tentativas de renovação urbana e elitização da Zona Portuária, legitimadas e impulsionadas pela realização dos Jogos Olímpicos, a crise econômica e o golpe político no Brasil afetaram diretamente a cidade do Rio de Janeiro e os planos de neoliberalização da cidade que estavam em curso. Tanto a Prefeitura do Rio como o Governo do Estado saíram bastante endividados da Olimpíada, e começaram a cortar recursos de várias fontes, incluindo o pagamento do funcionalismo público.

Na Zona Portuária, fora algumas grandes empresas internacionais e nacionais que investiram em empreendimentos na região, a dinâmica imobiliária está longe de corresponder às previsões iniciais. A chegada de novos habitantes (100.000 como planejado) também está longe de ser alcançada. Mas os riscos de despejo permanecem.




Na foto, Instituto Pretos Novos, de valorização do patrimônio cultural da diáspora africana e afro-brasileira, anuncia que vai fechar.

Um ano depois da Olimpíada se confirmam várias das críticas e denúncias feitas pelo Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro:

1 A subordinação do projeto de renovação urbana do Porto Maravilha aos interesses do mercado, sendo a Prefeitura do Rio seu principal agente promotor, através da Companhia CDURP. No entanto, o modelo de financiamento fundado nas CEPACs subordina o poder público aos interesses do mercado.

2 Divisão desigual dos riscos na PPP, tornada ainda mais clara com a crise econômica. Com problemas para vender as CEPACs e financiar as obras, a Prefeitura do Rio foi obrigada no final de 2016 a injetar recursos na CDURP e garantir a recompra dos CEPACs emitidos pelo poder público, desmascarando a falácia de que os recursos para a renovação urbana viriam do setor privado.

3 A ausência de políticas de habitação de interesse social. A ausência de políticas e investimentos em habitação social fez várias organizações populares pressionarem a Prefeitura Municipal e a CDURP para elaborarem um plano de habitação de interesse social para a zona portuária, o que ocorreu em 2015 através de audiências públicas e uma conferência municipal. No entanto, o plano não saiu do papel e nada foi feito.



Cerca de 15 mil pessoas vivem atualmente nas ruas do Rio, três vezes mais do que em 2013, segundo pesquisa realizada pela própria Prefeitura. A Olimpíada veio exacerbar um modelo de cidade excludente e que serve mais ao lucro e menos à cidadania.

As isenções fiscais

e o legado da dívida

*Por Julia Bustamante,
Economista e mestranda em
planejamento urbano e regional*

Em artigo de abril de 2017 para o site do jornal El País, o ex-prefeito Eduardo Paes afirmou que “o Brasil não tem um problema olímpico, tem um problema econômico”. O processo de realização dos Jogos esteve muito atrelado à figura do ex-prefeito Eduardo Paes – à frente da cidade entre 2009 e 2016. Neste espaço não seria possível analisar a situação do país como um todo, mas podemos dizer que o Rio de Janeiro tem, sim, um problema olímpico.

A Olimpíada não foi apenas um megaevento esportivo e pontual. Sua realização esteve atrelada à implementação de um chamado projeto de cidade global, excludente e elitizante, que se vinculou à Olimpíada para legitimar um regime de urgência. A cidade passou a ser tratada como uma empresa, o que significa que ela tinha que dar lucro. E deu lucro para poucos, como sempre. Para o restante da população trabalhadora, chegou apenas a conta. Tínhamos uma trajetória de cidade desigual e os megaeventos aprofundaram isso.

Entre os grupos de privilegiados que saíram ganhando estão as empresas de ônibus. Em 2010, Paes apresentou um projeto que reduziu a alíquota do ISS de 2% para 0,01% (Lei 5223/2010), sob a justificativa de que abriria mão de R\$ 33 milhões ao ano. Este número, no entanto, se manteve sempre em patamar superior. Entre 2010 e 2016 abrimos mão de R\$ 338 milhões de receitas em prol destas empresas!

Em 2017, estima-se que deixaremos de arrecadar R\$ 71,7 milhões. Caso continue neste ritmo, chegaremos a R\$ 75,6 milhões em 2018 e a R\$ 79,3 milhões no ano seguinte. As empresas de ônibus tiveram uma grande margem de lucros assegurada, enquanto a Prefeitura abria mão de caixa que poderia ir para saúde, educação etc.

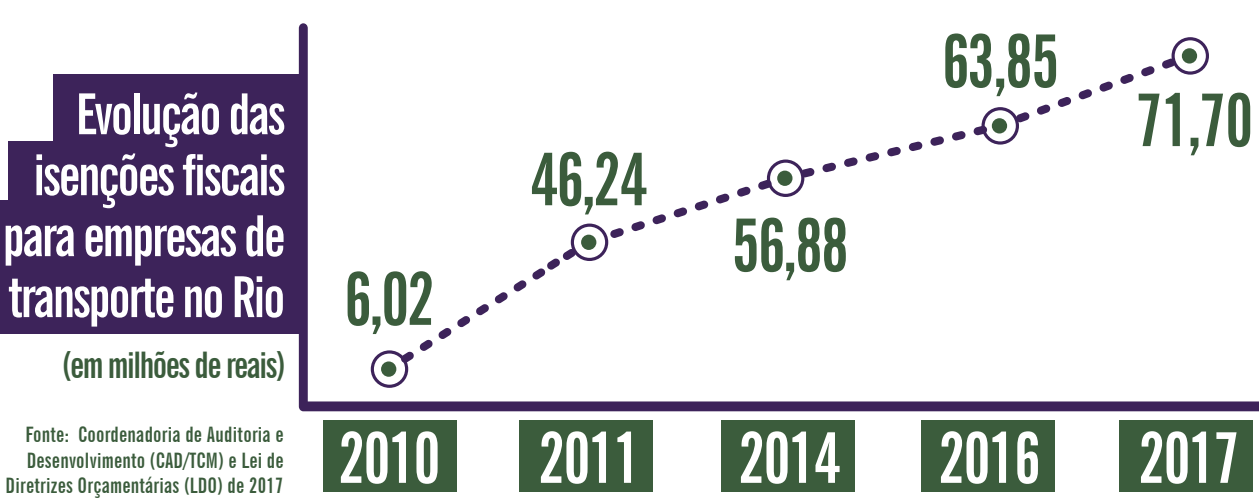


Outro setor que saiu ganhando foi o das empreiteiras. Além dos indícios de cartelização nas obras das Olimpíadas, o ex-presidente da Odebrecht Infraestrutura declarou em delação premiada que o grupo empresarial repassou mais de R\$15 milhões a Eduardo Paes para a facilitação de contratos relativos às Olimpíadas de 2016. As renúncias fiscais para os empreendimentos hoteleiros das Olimpíadas e Copa do Mundo acumularam R\$ 26,4 milhões.

No caso do Porto Maravilha, o legado negativo também é visível. A renúncia nesta área ficou em um patamar de R\$112,7 milhões. A maior PPP do Brasil – administrada pelo consórcio Porto Novo (Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia) – foi implantada sob o discurso de não custar nada aos cofres públicos. Isto é falácia desde o início, mas desde junho deste ano a situação piorou, quando a concessionária anunciou que deixaria de fazer os serviços de manutenção na região do Porto Maravilha. A Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (Cdurp), o braço da Prefeitura do Rio na gestão do Porto Maravilha, assumiu a operação na região, utilizando mais dinheiro público.

Na briga pelo orçamento, acordos entre empresários e governantes servem para prejudicar o povo, que viu, por exemplo, o orçamento de 2017 para Educação, Esporte e Lazer ficar 9% menor do que o de 2016 em termos reais, em um patamar de R\$6,4 bilhões^[1]. Esses são alguns exemplos emblemáticos que confirmam como o município é injusto tanto do ponto de vista da entrada de recursos, concedendo renúncias fiscais ao mais ricos, quanto do ponto de vista do gasto público, que mais uma vez privilegia os empresários.

A situação orçamentária em 2017 é afetada, assim, por decisões passadas, principalmente quando se leva em conta o pagamento de empréstimos toma-

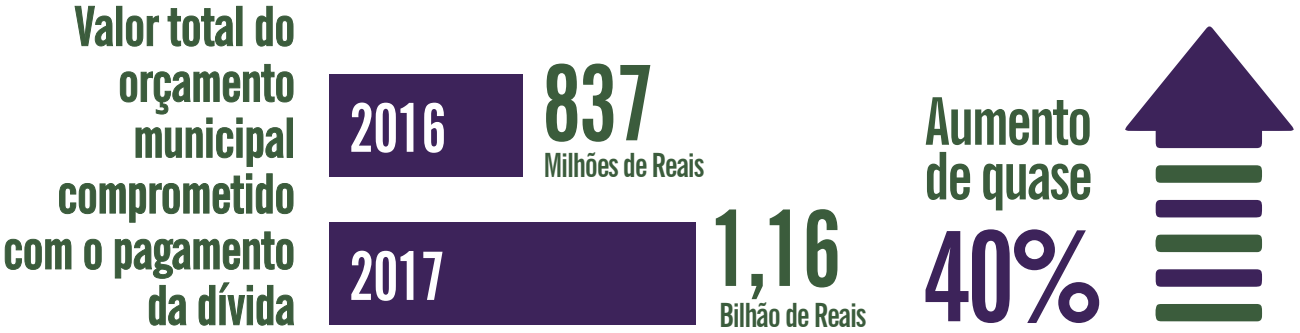


dos anteriormente. A dívida contraída para obras das Olimpíadas tem agora o fim de seu período de carência, começando a pesar mais no orçamento. A gestão anterior contraiu os empréstimos, deixando a conta para as gestões seguintes.

Um exemplo é o empréstimo de 2010 com o BNDES para o BRT, cujas amortizações (pagamento antecipado de parcela da dívida) mais do que dobraram com relação ao ano passado, chegando a R\$647 milhões. Entre 2011 e 2016, foram pagos R\$868 milhões para o pagamento, cerca de 25% do que será gasto entre 2017 e 2020: R\$3,3 bilhões. Mesmo que o endividamento do município esteja dentro dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, é previsto que até 2019 haja um aumento no serviço da dívida, que foi contraída para investimentos concentrados em poucas áreas da cidade, visando o favorecimento de poucos, a especulação imobiliária e gerando um aumento de

desigualdades socioespaciais. Os investimentos não foram capazes de sustentar um ciclo de crescimento e, em 2017, dois novos empréstimos foram contraídos pela Prefeitura com a Caixa, um deles visando amortizar parte da dívida com o BID.

Em resumo, as necessidades da população foram postas de lado, em prol da mercantilização da cidade, processo no qual as Olimpíadas tiveram um papel legitimador fundamental a partir de um suposto legado. O legado do ponto de vista da administração pública é, na verdade, uma subordinação do poder público à lógica do mercado, que põe em xeque qualquer possibilidade de gestão democrática e universalização de direitos. Contrariando Eduardo Paes, afirmamos que nosso problema econômico no Rio de Janeiro é também um problema olímpico, em que se segue premiando os poderosos e penalizando a população trabalhadora.



Fonte: "O Rio em perspectiva: o peso da dívida"/ Fundação Getúlio Vargas


[1] Para comparação, utilizamos o somatório da Secretaria de Educação e da Secretaria de Esporte e Lazer para 2016.

A receita que o Rio Seguiu

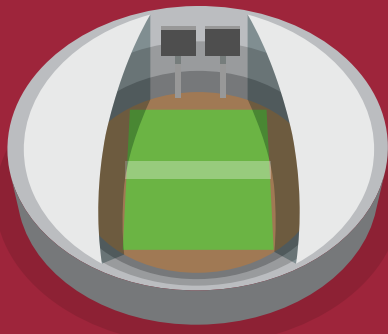
10 dicas sobre como fazer uma OLIMPIÁDA DA EXCLUSÃO

E uma dica extra de ouro!

1 Não consulte a população da cidade-sede sobre o que ela pensa sobre os gastos com os Jogos;



4 Construa todos os equipamentos esportivos do zero e feche ou privatize os equipamentos públicos existentes. Quando não puder construir do zero, invente uma boa — e sofisticada — reforma de estádio.



2 Contraia dívidas que só poderão ser pagas à custa de menos dinheiro para gastos sociais como saúde e educação. Essa é a melhor receita para transferir recursos do Estado para o seu megaevento privado;



3 Construa avenidas, linha de metrô e VLT na direção dos locais dos Jogos e onde os turistas vão tirar fotos, e não onde a população mais precisa;

5 Destine muitos recursos públicos para forças de seguranças, concentre policiais nas favelas, mate a população negra e pobre, em vez de investir em políticas de igualdade e paz social;



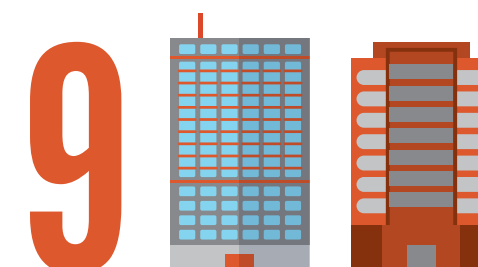
6 Remova comunidades que se localizam em áreas nobres e mande a população para regiões distantes. A Olimpíada é a justificativa perfeita para isso;

8 Oculte todos os gastos públicos do acesso da população. Afinal, a Olimpíada é sua e você não tem que prestar contas a ninguém. Tenha sempre em mãos uma boa desculpa para justificar gastos extras.

10 Tome a cidade um lugar bem caro para se viver e depois vá embora para seu país de origem.



7 Criminalize o trabalho informal com muita violência. Não devolva as mercadorias recolhidas dos ambulantes;



Desregulamente o uso do solo urbano. Abra todas as portas para a especulação imobiliária. Quem não pode pagar aluguel caro que se mude.

DICA EXTRA



Faça todo mundo acreditar que os críticos da sua Olimpíada não passam de lunáticos que torcem contra o esporte.



Bibliografia

Rio de Gastos – edições 1-8 (Instituto Pacs)

Rio 2016: Jogos Olímpicos e Legado. Caderno de Políticas Públicas (Prefeitura do Rio)

Rio 2016: Violações ao acesso à informação no caso do BRT Transolímpica (Artigo 19)

Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro. (Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, novembro de 2015)

Mobilidade Urbana no Brasil: desafios e alternativas (Fundação Heinrich Böll Brasil)

Avaliação do BRT TransOlímpica segundo o Padrão de Qualidade BRT (Instituto de Políticas de Transporte & Desenvolvimento)

Morar e Plantar (Caderno da Militância Investigativa - equipe Vargens)

Notícias e demais links:

Olimpíada do Rio fica sem custo total oficial (Site Folha de S. Paulo, 14/06/2017) <http://bit.ly/2t9jghW>

Custo de Arenas Olímpicas chega a R\$7 bilhões e documento segue ocultando gastos (Site Folha de S. Paulo, 29/01/2016) <http://bit.ly/2usILPd>

Obras do Arco Metropolitano e do Parque

Olímpico envolveriam propina (Valor Econômico 12/04/2017) <http://bit.ly/2u2laCd>

Incompleto após um ano, VLT do Rio vira transporte do horário do almoço (Folha de S. Paulo 07/06/2017) <http://bit.ly/2vvcEv7>

Paes e ministro do Esporte mostram plano do legado da Rio 2016 (Site G1 04/08/2016) <https://glo.bo/2uwBl02>

Crivella adia pagamento de bônus por metas e parcela do 13º (O Globo, 28/06/2017) <https://glo.bo/2uBOFhd>

Crivella diz que encontrou ‘Caju de esqueletos’ na prefeitura (O Globo, 07/04/2017) <https://glo.bo/2tkcqdv>

Média de passageiros da linha 4 do metrô é 46% abaixo da esperada (O Globo, 16/04/2017) <https://glo.bo/2qpNjE8>

Top 10 países com mais gastos militares <http://bit.ly/2tjPYKn>

Prefeitura abre licitação para serviços de conservação no Parque Radical de Deodoro (Site Prefeitura do Rio, 30/06/2017) <http://bit.ly/2toyjwL>

Prefeito apresenta Projeto de Urbanização da Vila Autódromo (Site Prefeitura do Rio, 08/03/2016) <http://bit.ly/2uByBw7>



Expediente



Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul – Pacs

Avenida Henrique Valadares, 23,
sala 504 - Centro - Rio de Janeiro (RJ)

Telefone: +55 21 2210-2124

contato@pacs.org.br

www.pacs.org.br

Sandra Quintela
Coordenadora-Geral

Gabriel Strautman
Joana Emmerick
Coordenadores-Adjuntos

Concepção Editorial
Sandra Quintela

Organização
Thiago Mendes

Textos
Iara Moura
Thiago Mendes

Fotos
Caio Barbosa (Contracapa, Sumário, p. 8,
12, 15, 16, 20 (baixo), 23, 24, 26, 27, 34, 37,
38, 41, 42, 44)

Fabio Caffé (Capa)

Tales Duarte (Apresentação)

Aline Furtado (p.19, 20 (cima), Bibliografia e
Expediente)

Fernando Frazão/Agência Brasil (p.28)

Tânia Rego/Agência Brasil (p.6)

Edição
Manu Justo
Thiago Mendes

Reportagem
Caio Barbosa
Thiago Mendes

Artigos
Sandra Quintela, Gizele Martins, Julia
Bustamante, Caio Lima, Marcelo Edmundo
e Orlando Santos Junior

Projeto Gráfico e Diagramação
Mardônio Andrade

Agradecimentos
Justiça Global
ONG Fase
Sérgio Ricardo

Apoio
DKA - Áustria
Fundação Heinrich Böll

Impressão
WalPrint

Rio de Janeiro - julho de 2017
Tiragem: 500 exemplares



Attribution 4.0 International (CC BY 4.0)

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhual 4.0 Internacional. Textos e fotos podem ser utilizados, copiados, distribuídos, exibidos ou reproduzidos em qualquer meio ou forma, seja mecânico, seja eletrônico, incluindo fotocópia, desde que não tenha objetivo comercial e sejam citadas as fontes, autores e autoras.

*Foram mais de R\$42 bilhões
gastos em um evento de
30 dias. Valeu a pena?
Depois da festa, o que ficou
além das lembranças das
competições que vimos
pela televisão? Em busca do
legado prometido, o Instituto
Pacs oferece uma leitura, em
forma de mosaico
de temas, para pensar o
Rio, cidade olímpica, um ano
depois dos Jogos.*



Realização:



Apoio:

■■■ HEINRICH
BÖLL
STIFTUNG



Dreikönigsaktion
Hilfswerk der Katholischen Jungschar